

Estado de Goiás

Polícia Militar

Academia de Polícia Militar

Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

Educação, Infância e Violência:

A Polícia Militar Como Instituto Preventivo

Antônio Roberto Monteiro de Moraes

Goiânia - 1996

**ANTONIO ROBERTO MONTEIRO DE MORAES - CAP PM**

**EDUCAÇÃO, INFÂNCIA E VIOLÊNCIA:  
A POLÍCIA MILITAR COMO INSTITUTO PREVENTIVO**

*Monografia apresentada como exigência para conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da APM-GO sob orientação do Dr Paulo Roberto Jorge do Prado Promotor de Justiça, Curador da Infância e Adolescência.*

**ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS**

**Goiânia, 1996**

BAPM

Estado de Goiás  
ACADEMIA DE CIÊNCIAS E LETRAS  
BIBLIOTECA

*E se um indivíduo fosse abandonado desde o nascimento, seria irremediavelmente um animal em seu corpo e em seus reflexos. Posso concebê-lo, mas não posso imaginá-lo*

**Charles Darwin**

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico esta obra a todos profissionais que labutam em prol de uma juventude mais sadia e intelectualizada, buscando dar dignidade a estes jovens através do processo educativo, em especial à Prof.<sup>a</sup> Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, a qual soube nos mostrar os caminhos da cientificidade.*

## **AGRADECIMENTOS**

*À todos que direta ou indiretamente contribuíram para a confecção desta obra, emprestando conhecimento e apoio técnico, e especialmente a minha esposa Sirlene e meus filhos Renan e Vitor, os quais se furtaram de meu convívio, para a consecução deste trabalho.*

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| RESUMO.....   | 07        |
| INTRODUÇÃO.....                                       | 09        |
| <b>1. A EDUCAÇÃO E O COMPORTAMENTO .....</b>          | <b>14</b> |
| 1.1 Aspectos psicológicos.....                        | 15        |
| 1.2 Aspectos pedagógicos.....                         | 19        |
| 1.3 Dinamismo educacional.....                        | 20        |
| 1.4 Escola como modeladora social.....                | 23        |
| <b>2. A INFÂNCIA NO BRASIL .....</b>                  | <b>26</b> |
| 2.1 Idade psicológica e cronológica.....              | 27        |
| 2.2 Enfoque social.....                               | 29        |
| <b>3. VIOLÊNCIA .....</b>                             | <b>31</b> |
| 3.1 Abordagem histórica contextualizada.....          | 33        |
| 3.2 Violência sob o ponto de vista criminológico..... | 35        |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>4. A POLÍCIA MILITAR E A VIOLÊNCIA INFANTIL.....</b> | <b>38</b> |
| 4.1 Ação do policial militar .....                      | 40        |
| 4.2 Visão da sociedade.....                             | 41        |
| <b>5. A PM COMO ÓRGÃO PREVENTIVO.....</b>               | <b>43</b> |
| 5.1 Função social.....                                  | 45        |
| 5.2 Função fiscalizadora.....                           | 47        |
| <b>6. TRABALHANDO O PÚBLICO INTERNO .....</b>           | <b>49</b> |
| <b>7. SETORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO .....</b>          | <b>57</b> |
| 7.1 Polícia Militar.....                                | 59        |
| 7.2 Ministério Público.....                             | 60        |
| <b>8. FORMAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO.....</b>            | <b>61</b> |
| 8.1 Pré-requisitos.....                                 | 62        |
| 8.2 Treinamento.....                                    | 63        |
| <b>9. PROPOSTA.....</b>                                 | <b>65</b> |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>                                  | <b>68</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                  | <b>70</b> |
| <b>ANEXO.....</b>                                       | <b>72</b> |

## RESUMO

O tema estuda a necessidade e a importância da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, em envolver-se no processo de combate à violência praticada contra os infantes e adolescentes, na cidade de Cuiabá. A violência é um fenômeno disposicional do ser humano, mas sofre influências do ambiente e suas raízes remontam ao passado colonial. Sua abordagem envolve as considerações e determinantes econômicos, condicionamentos sociais, influências culturais das mais diversas e a desagregação familiar. A Polícia Militar como um dos órgãos de Segurança Pública tem sua atuação em cima dos efeitos e não das causas da violência, absorvendo com isso as mazelas da sociedade. Ao desenvolver um programa dessa dimensão social, cujo alvo é a Criança e o Adolescente que vive na e da rua, a Corporação contribuirá a longo prazo na diminuição da violência que agride a sociedade como um todo. Todo esse processo operacionalizado em conjunto com o Ministério Público, tem o intuito de estreitar ainda mais as relações entre as duas instituições, com o objetivo de atingir o bem comum do povo de Mato Grosso.

## INTRODUÇÃO

A atual situação sócio-econômica do país, tem contribuído para o aumento desenfreado da criminalidade de forma geral, deparamos então com a maioria dos ilícitos praticados tendo como autores crianças e adolescentes, <sup>OPALLO</sup> que vítimas diretas da sociedade embrenham-se no mundo do crime, levados pela miséria, pela fome e falta de condições de vida.

A Polícia Militar é destinada a árdua missão de prevenir os acontecimentos delituosos, e sob a égide de cumprir e fazer cumprir as leis, depara-se com crianças e adolescentes infratores, não podendo passar incólume pela condição social apresentada.

Quando fala-se de crianças e adolescentes, não se trata apenas de menores infratores, mas daqueles que pela carência, miséria, que vivem, estando à margem de uma vida social salutar, colocando-se frente a frente com o mundo do crime, e prestes à frequentá-lo.

Num país <sup>em</sup> que ~~apresenta~~ <sup>há</sup> 32 milhões de pessoas <sup>em</sup> carentes, como o Brasil, mister se faz unir a Organização Policial Militar à realidade da vida social,

*por meio*  
através de programas específicos de defesa e recuperação da criança e do adolescente, orientando um trabalho eficaz e possível, voltado para a prevenção de novos acontecimentos delituosos, que busque inicialmente baixar os números estatísticos, e adequar a criança e o adolescente ao convívio social, de forma a integrá-lo na sociedade.

Para a comunidade, representada por seguimentos religiosos, associações diversas, comissões, e entidades não-governamentais das mais variadas, a nova norma legal referente à criança e <sup>ao</sup> do adolescente vem prosperando, *uma vez que determinados* onde grupos sociais se integram para discutir e aplicar o novo instituto legal.

Assim, cabe à Polícia Militar, compor fileiras com a sociedade em seus variados seguimentos, aliando-se a uma causa que certamente lhe trará bons frutos, pois as infrações e atos delituosos cometidos por crianças e adolescentes, atingem diretamente a Polícia Militar, por ser o órgão incumbido de manter a ordem pública.

Assim, o presente trabalho visa criar novos mecanismos de integração da Polícia Militar com aqueles que labutam na causa da criança e do adolescente, visando direcionar programas que aproximem a organização miliciana da recuperação de infratores, e também prevenir que os menores

arentes, dado o ambiente <sup>em</sup> que vivem tornem-se alvos vulneráveis do mundo do crime.

A Polícia Militar como órgão da manutenção da ordem pública, missão esta que lhe confere a Carta Magna da nação, deverá acompanhar a largos passos os anseios da comunidade, com programas sólidos e concretos, que colaborem para a recuperação da criança e do adolescente, atuando de forma a auxiliar os órgãos responsáveis legalmente, tornando realidade o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A utilidade deste Trabalho Técnico-Científico, será a de fornecer subsídios aos programas já existentes na Polícia Militar de Mato Grosso, buscando novos conhecimentos que definam e valorizem a atuação no auxílio à recuperação de menores, não só infratores, mas <sup>de</sup> todos aqueles que por uma ou outra condição, estejam vulneráveis e expostas às facilidades do mundo criminoso.

Como retorno à comunidade, a pesquisa está voltada no sentido de criar a aproximação da Polícia Militar de Mato Grosso com órgãos públicos, entidades não-governamentais, seguimentos sociais, clubes de serviço e em especial o Ministério Público, fazendo o papel preventivo desde o encaminhamento correto do menor infrator ou carente, pois, o primeiro contato na maioria das vezes é com o PM, que na qualidade de agente da lei, depara-se com

situações das mais variadas e não tem para onde encaminhar o menor infrator ou carente.

O presente trabalho visa também, a aproximação da Polícia Militar de Mato Grosso e de seus integrantes aos órgãos que já atuam na área, retirando a idéia de que a lei nº 8069 / 90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, veio para proteger apenas os menores, que atualmente é uma tônica no convívio miliciano, pois, a citada legislação veio organizar a situação do menor e criar uma política.

A atual participação das Polícias Militares no Brasil, <sup>em face da</sup> frente a política que envolve a criança e o adolescente, com a viabilização de programas direcionados ao auxílio na integração de crianças e adolescentes carentes, bem como a recuperação de adolescentes infratores, apontando para a busca de ações mais concretas das Organizações Policiais Militares, vem <sup>ao</sup> de encontro <sup>do</sup> ao tema proposto no presente trabalho.

A problemática-criança-adolescente-é de tal magnitude que sua abordagem inicial cabe, na maioria da vezes à Polícia Militar, presente em todos os recantos do país, atuando di<sup>st</sup>oturnamente no trato com a coletividade.

As Polícias Militares em todo o território nacional têm buscado mecanismos, no sentido de viabilizar e operacionalizar a atuação no que diz respeito ao trato com a criança e o adolescente, assim o desenvolvimento desta pesquisa visa firmar na Polícia Militar de Mato Grosso elementos concretos, para a desenvoltura da missão.

O entrosamento com órgãos públicos que legalmente têm competência para defender a criança e o adolescente, é de suma importância, ou mesmo um entrosamento com Organizações Não-governamentais, Clubes de Serviços, Movimentos Municipais e Estaduais, Conselhos Municipais, Conselhos Tutelares e o Ministério Público, melhorando a atuação da Polícia Militar.

Pretende-se que ~~após a conclusão~~, a comunidade seja beneficiada com a melhoria no atendimento à causa da criança e do adolescente, com as Polícias Militares capacitadas a contribuírem na recuperação de menores infratores, e também prontas a contribuírem com os órgãos legalmente institucionalizados para tal missão.

Somos sabedores que o relacionamento da Polícia Militar com o Ministério Público, é apenas satisfatório, isto usando de um eufemismo exacerbado, uma vez que este dois institutos mantenedores da ordem por vezes se degladiam, numa ação oposta do que deveria ser a regra.

Sob este prisma analítico é que o presente trabalho busca também

*conjugas*  
conjugas forças entre a Polícia Militar e o Ministério Público, para que as duas

*popular*  
instituições executem o seu mister, lado a lado como prevêem as mais modernas democracias do mundo .

## I. A EDUCAÇÃO E O COMPORTAMENTO

Desde os primórdios, onde se deram as primeiras manifestações de processos educativos, sejam formais ou informais, buscava-se que o educando, na época, o objeto do ensino, mudasse seu comportamento. Hoje, numa visão macrocós mica, a educação visa formar o homem para o mundo, e este homem é o sujeito do processo, o qual deverá tornar este mundo melhor e mais igualitário. Desta análise surgiu a máxima pedagógica que diz que somente haverá se concretizado o processo ensino-aprendizagem, quando houver mudança de comportamento por parte do educando, e por muitas vezes do educador.

Entretanto, há vários aspectos a serem analisados sobre a matéria ora discutida, uma vez que a psique humana vem empregnada de muitos paradigmas, os quais devem ser cuidadosamente mensurados, para que não incorramos no lugar-comum, de que todos os paradigmas devem ser quebrados, para que se consiga formar um homem livre.

A própria educação <sup>(em sua doutrina comezinha)</sup> (nos seus comezinhos doutrinários) já nos ensina que tem que se estabelecer regras para que se organize qualquer estrutura, principalmente quando se trata da estrutura da personalidade de um indivíduo.

### 1.1 Aspectos psicológicos

Estado da Goiás  
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
BIBLIOTECA

Antes de <sup>nos</sup>enfroarmos nos ramos da Psicologia, devemos buscar o significado desta palavra, que de acordo com sua origem grega significa o estudo **(logos)** acerca da alma ou espírito **(psique)**.

Numa visão sincopada, inclusive de muitos profissionais da área, a Psicologia é a ciência do comportamento. Isto em *lato sensu*, uma vez que comportamentalismo em *stricto sensu* significa abordagem behaviorista, relativo a condicionamento, vem corroborar com nossa forma de vislumbrar as maneiras e condições do *modus operandi* do aluno em sala de aula.

As teorias psicológicas, quer sejam da aprendizagem ou não, fornecem os pressupostos teóricos que orientam o processo pedagógico. A tarefa do educador é de traduzir a teoria em prática funcional. Nesse processo de unir a

teoria em prática, o ponto fundamental é a consistência, ou seja, evitar práticas incongruentes com a teoria adotada.

A maneira pela qual as pessoas aprendem e as condições sob as quais o fazem têm sido investigadas por gerações de pesquisadores em todas as partes do mundo. Talvez pelo fato de estar ligada ao problema do conhecimento, a aprendizagem tem sido um tema favorito entre escritores e pesquisadores.

“Em Psicologia Educacional a aprendizagem constitui um aspecto central, pois a escola está interessada tanto em compreender como os estudantes aprendem quanto na qualidade dessa aprendizagem.”<sup>1</sup>

Em uma visão mais ampla, globalizada, podemos encarar a educação sob duas maneiras um tanto quanto contrastantes, sob a luz da Psicologia, falamos da Fenomenologia de Rogers e o Comportamentalismo de Skinner.

Segundo Rogers, o indivíduo percebe o mundo de uma forma singular e reage ao ambiente em consonância com esta percepção. Tal percepção pode ou não coincidir com a definição da realidade dada por outro observador.

Geralmente uma pessoa procura ajustar-se ao seu meio tentando harmonizar as exigências do mesmo com sua estrutura de valores. Esse meio é tanto uma fonte de perturbações, com a qual o indivíduo deve competir e à qual

---

<sup>1</sup> CÓRIA-SABINI, M. Aparecida. *Psicologia aplicada à educação*. São Paulo: EPU, 1986, p.1.

deve ajustar suas aspirações, como o lugar onde encontra os recursos que promovem sua auto-realização.

Embora o indivíduo esta aberto às influências do meio, ele seleciona os aspectos aos quais irá reagir. As experiências que não se enquadram na sua estrutura de valores são rejeitadas e ele resiste a se comportar de forma contrária a sua natureza.

A educação, dentro dessa perspectiva, é um processo de diferenciação crescente do campo fenomênico de uma pessoa. Essa diferenciação é algo que só pode ser realizado pelo próprio indivíduo, sem necessidade de incentivo por parte de outras pessoas. Como qualquer organismo que procura no ambiente os meios para se manter e progredir, o aluno selecionará, da situação escolar, aqueles aspectos que são necessários e úteis para sua auto-realização.

Segundo Skinner, a aprendizagem, em sua forma mais simples, é o estabelecimento de uma conexão entre um estímulo e uma resposta.

Completada a aprendizagem, o estímulo e a resposta estão de tal forma ligados que o aparecimento de um evoca a emissão da outra.

Quando colocado frente a frente com uma situação-problema, o organismo emite uma série de respostas. Aquela que conduzir a um estado de coisas satisfatória ou a uma recompensa é fortalecida e tende a ocorrer

novamente quando a situação estimulada for repetida, é o que chamamos de teoria do **ESTÍMULO-RESPOSTA (S--R)**.

Dessa forma, os elementos do processo de aprendizagem são: impulso, estímulos ambientais, resposta e recompensa.

À medida que o processo de aprendizagem vai se completando, o tempo de reação deve ir diminuindo. Assim, as ações que ocorrem casualmente são transformadas em respostas precisas e controladas por estímulos específicos e o comportamento torna-se mais adequado e adaptativo.

Entretanto temos que frisar que Skinner, discordou em dois pontos dos teóricos da teoria do S--R, para ele o tempo de reação não é a melhor medida para a aprendizagem, e sim a frequência da resposta. E que o pensamento nada mais é que o comportamento verbal encoberto e, como tal, está sujeito ao controle de estímulos externos.

É óbvio que existem outras teorias do comportamento e cognitivistas, mas as que foram aqui citadas, são as mais difundidas nos meios educacionais como práticas ou como desejo de fazê-las em sala de aula.

## 1.2 Aspectos pedagógicos

A pedagogia moderna, em todas as suas modalidades, começa por uma abertura e integração dos dados que lhe chegam através da psicologia, da sociologia, da antropologia, da psicologia social, das ciências médicas e do direito. Já passou o tempo em que se podia negar a importância de uma boa cultura científica para atuar neste domínio.

É falso que a prática por si só confira ao educador os elementos necessários ao pleno domínio do seu ofício. Sem a teoria, a prática será sempre limitada.

“Quem negligencia o estudo, quando possui meios de realizá-lo, é um pretensioso ou inconsciente da importância real do seu trabalho.”<sup>2</sup>

Entretanto, mais importante do que cabeças cheias de informações, é a aquisição pelo educador de atitudes e habilidades que favoreçam e viabilizem sua atuação junto ao educando.

Makarenko - insigne educador de origem russa que se destacou em experiências com jovens infratores - entende que o conflito entre o velho e o novo em educação está no conflito liberdade e autoridade. Para ele, esse conflito

---

<sup>2</sup> COSTA, A. C. Gomes. *Por uma pedagogia da presença*. Brasília: Imprensa Oficial, 1991, p.23.

reside, na verdade, entre o individualismo e coletividade, daí sua ênfase ao coletivo.

É sob este pensamento, erigiu grandes obras relativas ao trato com jovens infratores, dando condições para que se socializassem em vida grupal, com que a disciplina, peça vital para tal processo, fosse deixada de lado, ou tratada sem a devida abordagem.

### **1.3 Dinamismo educacional**

A humanidade passa por um fenômeno permanente de transformação. A consciência dessas transformações, porém, só existe em época que ela se torna aguda e se acelera a tal ponto que profundas modificações são vividas pelo homem no transcorrer de sua própria vida.

O que se realizava no passado ao longo dos séculos, realiza-se hoje em poucos anos, nos deixando atônitos diante de tamanho dinamismo.

A institucionalização da mudança, na conversão em forma habitual da existência contemporânea, acarreta para o indivíduo uma permanente

instabilidade, uma dramática sensação de insegurança com respeito ao futuro. O amanhã não entra na categoria do provável, não está fixado nem pré-determinado, como acontecia, pelo menos na maioria dos casos, nas sociedades estáveis de ontem. Então o futuro repetia o presente, que era, por sua vez a reprodução do passado, e o esforço e a planificação tinham escasso sentido para a generalidade dos homens, submetidos à lei de um destino que parecia inexorável.

Se por um lado, a institucionalização da mudança traz para o homem uma acentuada insegurança e uma aguda consciência de seus problemas existenciais, por outro, leva-o a uma reação de luta pela conquista de sua autonomia e pela possibilidade de ser agente de mudança que, certamente, estará na construção do futuro.

O processo educativo não é neutro, nem, estanque, segundo Cury, a educação é um processo dialético, que não pode ser vislumbrado como um universo separado das demais ciências, e que não assume posição estática, uma vez que existe a necessidade de sua contextualização.

A esta historicidade é que os conceitos educacionais buscam seus embasamentos teórico-metodológicos, seja confirmando-os ou negando-os.

“A educação se opera, na sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social.”<sup>3</sup>

Uma das características do dinamismo educacional está explícita na categoria da contradição que é a base de uma metodologia dialética. Ela é o momento conceitual explicativo mais amplo, uma que reflete o movimento mais originário do real. A contradição é o próprio motor interno do desenvolvimento. Conceber uma tal metodologia sem a contradição é praticamente incidir num modo metafísico de compreender a própria realidade. A racionalidade do real se acha no movimento contraditório dos fenômenos pelo qual esses são provisórios e superáveis. A contradição é sinal de que a teoria que a assume leva em conta que ela é o elemento chave das sociedades.

A contradição não apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade.

Verifica-se então a transcendental importância desta categoria, ela existe, entretanto aos olhos leigos passa despercebida, é nela que se instala

---

<sup>3</sup> CURY, C. R. Jamil. *Educação e contradição*. São Paulo: Cortez, 1992, p.13.

quase que todo o dinamismo educacional, o qual acompanha o curso da história e sendo sujeito-agente desse processo.

#### 1.4 Escola como modeladora social

Todas as vezes que se pronuncia a palavra educação, tem-se uma concepção de progresso, de crescimento, o qual está intimamente ligado com a dinâmica da sociedade, então pode-se dizer que evolução social e educação são duas grandezas diretamente proporcionais, estando intimamente interligadas.

A segunda, vindo atrelada à primeira, faz com que o indivíduo, que está sendo educado, não se perca em conceitos ultrapassados e <sup>tampouco</sup> tão pouco se comporte como se vivesse em algumas dezenas de anos atrás; faz também, com que não resista a mudanças, se for má que a melhore e se for boa que a desenvolva.

Educar, nada mais que ensinar formas de comportamento ao educando, as quais são consideradas corretas naquele meio social em que se convive com os demais membros do grupo.

Partindo deste ponto, passamos a focar a necessidade de educar para bem viver, há aqueles que não se importam com os pares do grupo, todavia então sempre cobrando seu direito, é papel da educação fazer com que o indivíduo respeite os direitos alheios para que numa ação recíproca os seus sejam respeitados, e quando não o forem, ter condição e força de reivindicá-los. Tudo isso para que se vivia numa sociedade mais justa, comum e imparcial.

este  
parágr.  
está  
mal  
estrutu-  
rado

Nos ensina Weber em seu fato social, que o meio ambiente é o fator determinante na socialização, diz também que mesmo sendo contrária à ordem comum do grupo, a atitude comportamental do indivíduo tende a mudar pela pressão social do grupo.

Sob esta abordagem podemos dizer que a escola é o agente catalisador desse processo, que mesmo sendo dialética, ela busca na categoria da contradição, principalmente, embasamento para manter sua hegemonia.

É sabido que, o primeiro processo de socialização que se dá na vida do ser humano, ocorre no seio familiar, a criança nasce entrando em choque com um mundo hostil, deixando o melhor lugar do mundo que é o ventre materno, este pequeno ser é totalmente dependente dos pais, com isso as suas vontades serão parcialmente tolhidas.

Com o passar do tempo, surge o relacionamento com os irmãos, vizinhos, amigos em geral. Mas é na escola que se dá o principal processo socializador do indivíduo, é onde temos os professores dizendo o que fazer, surge também o aspecto da compartilhagem entre os colegas.

Todos os aspectos anteriormente verificados, emergem do processo de socialização, entretanto o papel da família, sendo cada vez mais transferido para a instituição escolar. <sup>incompleto</sup> É a escola quem deve ensinar sobre experiências sexuais na adolescência, deve ensinar aos infantes como escovar os dentes, deve ensinar o respeito aos direitos alheios. Tudo isso foi carreado para o mister da escola, além da sua ação educadora. Então podemos dizer que a escola, além de formar opinião, tem a missão de estruturar física, social e psicologicamente os seus educandos.

## 2. A INFÂNCIA NO BRASIL

Os meninos do Brasil são notícia nos jornais do mundo inteiro, sempre com a abordagem de que o governo é inerte no trato com suas crianças, e inclusive as mata, corrompe e violenta.

Entretanto, talvez poucos percebam quão o Brasil está preocupado com este contexto, inclusive ensaia passos positivamente interessantes para uma saída honrosa deste bárbaro século.

Setores expressivos de mossa sociedade civil têm arrancado do Estado Brasileiro novas regras para o exercício da cidadania com dignidade. Ai temos o movimento pró-defesa do consumidor, ao lado da impressionante campanha que setores altamente representativos da sociedade brasileira levam a efeito na defesa do meio ambiente. Mas nada supera, nesse campo, o formidável esforço dos milhares de grupos que buscam implantar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pode, portanto, o brasileiro se orgulhar de que, em meio aos infortúnios que nos assolam como país que quer sair do século XIX em pleno

final do século XX, muitos de nossos cidadãos lutam por um novo padrão de dignidade acreditando, e meio à descrença que muitas vezes é geral, que as relações indivíduo-sociedade ( e sociedade-estado) no Brasil tem solução.

Agora, para se captar a evolução histórica em sua inteireza e dinamismo, a cerca do atendimento, da promoção e da defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, devemos avaliar o momento em que o processo toma envergadura maior, <sup>no âmbito</sup> a nível da sociedade e do Estado, ou seja, da política social.

Em cada fase da progressão da experiência nacional nesta área, é possível indicar a posição relativa do atendimento aos direitos da criança no quadro mais amplo entre os pobres e o ramo social do estado. *que não desordenado*

## 2.1 Idade psicológica e cronológica

A lei subsidiada pela psicologia diz que a criança até doze anos de idade deve atender a essa denominação, desse ponto em diante deverá ser tratado por adolescente.

Disto, podemos deduzir que, embora haja necessidade de estabelecer um marco temporal para que se identifiquem estes jovens, por vezes um indivíduo que atingiu o limite de idade tem ainda comportamento pueril, o que pode acompanhá-lo até a idade adulta, entretanto há casos em que meninos de dez anos comportam-se como homens adultos e o que é pior perdeu a candura e ingenuidade de criança.

Esta discussão de idade psicológica e cronológica, dista de algum tempo, e sempre é trazida à baila para se discutir assuntos e tomar decisões a cerca do assunto abordado, podemos citar como exemplo várias situações tais como:

- Quando se franqueou ao jovem de dezesseis anos <sup>o direito de</sup> votar;
- Quando vez ou outra torna-se ao assunto de menor na direção: ?
- E por último, o trabalho de vários grupos buscando responsabilidade penal, para os jovens com menos de dezoito anos.

Na dicotomia<sup>?</sup> das idades devemos com calma e bom senso, uma vez, uma esta ligada a outra seja pela conjuntura legal, seja pela psicológica. *confuso*

## 2.2 Enfoque social

O alto custo de vida, a perda progressiva e acelerada do poder aquisitivo, o aumento do desemprego, a insuficiência dos serviços públicos e a precariedade dos existentes, compõem as principais características do quadro sócio-econômico em que <sup>vivem</sup> as famílias com nível de rendimento situado abaixo das chamadas linhas de pobreza. *que sofrem mais com tudo isso.*

Evidencia, em primeiro plano, que <sup>a</sup> as condições de vida da população infanto-juvenil de Cuiabá, em sua grande maioria, é oriunda da <sup>famílias</sup> população de baixa renda, reside na periferia, onde se observam as piores condições de vida.

Verifica-se também o grande número de crianças que são mandadas as ruas para mendigar ou fazer pequenos serviços para completar o orçamento familiar, e como não logra êxito fazendo uma coisa nem outra, passa a praticar furtos de pequenas coisas, e para ludibriar a fome passa a consumir substâncias entorpecentes, e no caso das meninas, além do que fora elencado, parte para a prostituição, devidamente incentivada por especialistas.

A este quadro dantesco, são atribuídas as causas sociais, <sup>em que</sup> onde vislumbramos a falência da instituição familiar, a perda da dignidade do homem, que prefere receber cestas básicas, a combater as desigualdades sociais, a má distribuição de renda <sup>ou a</sup> e lutar por melhores salários.

Mas tudo isso não é neutro porque o que ocorre hoje, no processo de globalização da economia, já havia sido previsto por Carl Marx, em sua obra prima O Capital. A globalização, dita da economia, abrange muito mais aspectos que a circulação de papel moeda, <sup>pois</sup> ela vem reforçando os mais fortes e aniquilando aqueles que não têm forças ou lhes são contrários.

Este processo busca uma fusão de conglomerados econômicos, para que aumentem o seu poder. Logo teremos grandes fatias do mercado internacional postas nas mãos de poucos.

Isto tem a ver com a crise social, a partir do momento <sup>em</sup> que o homem só conseguirá trabalho atingindo um elevado grau de especialização, e o pior de tudo isso é que essa especialização será custeada por ele mesmo, desempregado e sem dinheiro, mas se não se especializar, estará fadado a miséria, o que conseqüentemente reflete em seus filhos, os quais <sup>os pais</sup> passam a auxiliar de uma forma ou de outra, os pais na difícil tarefa de sustentar sua família.

### 3. VIOLÊNCIA

O termo violência não designa uma essência moral ou material com forma e conteúdo singularizados. Violência é a palavra que empregamos para denominar a série de atos intencionais que se caracterizam pelo uso da força, em situações de conflito, transgressão às leis que visam <sup>as</sup> bem comum e domínio da crueldade sobre a solidariedade no convívio humano. O hábito que criamos de falar da violência com “V” maiúsculo é uma defesa contra o medo. Defesa que termina indo de encontro às finalidades que lhes deram origem. Em vez de proteger-nos imaginariamente contra o “Mal”, a fantasia paralisa nosso pensamento e nossas ações aumentando o sentimento de impotência.

A violência descrita na forma de uma entidade onipotente e onipresente, parece incoercível e imbatível. No entanto observamos os atos violentos de outro ângulo, percebemos que a pretensa homogeneidade e invencibilidade do fenômeno não corresponde às atitudes criminosas reais dos sujeitos. Assim, impedir que torcidas organizadas ajam como vândalos em partidas de futebol não é o mesmo que desbaratar quadrilhas organizadas para

lesar o Erário. Impedir que pequenos traficantes vendam cocaína na porta dos colégios não é o mesmo que enfrentar máfias de droga ou prender assassinos de índios, garimpeiros e ecologistas na imensidão da Amazônia .

Finalmente, impedir que gangues adolescentes pichem a cidade; que proprietários de casa de diversão burlem as normas de segurança ou que motoristas desobedeçam a sinais de trânsito não é o mesmo que combater políticas salariais injustas, sonegação fiscal de grandes empresa ou a ação de oligopólios e especuladores financeiros.

Por fim, o que pode ser resolvido com uma boa dose de firmeza e reafirmação da autoridade e o que requer discussões amplas e acordos consentidos pela maioria dos cidadãos, todos esses fatos sociais díspares, uma vez unificados na palavra violência, ganham o ar fantasmagórico de um problema insolúvel. Dessa perspectiva, é óbvio, nada pode ser feito. Tudo anuncia o caos: tudo parece ultrapassar a capacidade humana de enfrentar a violência, que, nesse caso, é apenas um fetiche, uma figura de linguagem, cuja matéria é nosso medo.

### 3.1 Abordagem histórica contextualizada

É público e notório, que existe a disposição de “nacionalizar” nossas misérias, como se fossem a marca patente de nosso destino histórico-cultural, a tendência a crer que existe uma “brasilidade” intrínseca à violência no Brasil, que a tornaria especialmente dura e difícil de erradicar. Trata-se de perguntar, se, de fato, faz sentido procurar uma identidade nacional da violência, outra que não a identificação dos impasses específicos existentes em nossa vida social. Mas, se é isso, por que procurar “made in Brazil” em cada ato violento?

À nosso ver, essa preocupação tem um parentesco dissimulado com o mito do “este povo não presta”, “este país não presta”. Articula-se imperceptivelmente com hábito cultural que nos leva a crer, com espantosa ingenuidade, que, aqui, a corrupção é mais corrupta; o assassinato mais assassino; a exploração mais exploradora; e o desrespeito mais desrespeitoso, por causa de nossa história. Porém não conseguimos ver o que ganhamos pondo este novo determinismo no lugar dos antigos. Aposentamos o determinismo evolucionista das raças e o determinismo economicista da luta de classes, na versão do

marxismo vulgar. Que vantagens temos, agora, em aderir ao determinismo da história das mentalidades ou das culturas? Procurar saber como tudo começou, certamente, é uma boa questão. No entanto, é bom lembrar que não existe passado histórico em “estado puro”. Todo passado é uma interpretação retrospectiva, feita a partir de crenças presentes. Não vemos em que e por/que precisamos isolar uma “violência brasileira” para entender que as pessoas convertidas à moral do consumo tendem, por apropriação mimética, a se tornarem arrivistas e inescrupulosos se forem impedidas de consumir. Também não vemos porque precisamos imaginar uma violência brasileira para explicar por/que as pessoas tratadas como porcos em monturos e cachorros em lixo possam vir, um dia, a reagir, devolvendo tratamento que receberam. Em fim, não precisamos dessa noção para saber que em sociedades capitalistas, individualistas, competitivas, abertas à mobilidade social e que giram <sup>em torno</sup> entorno do dinheiro e da ostentação de classes, a violência pode tornar-se um meio de obter a que se deseja, se com integridade, honestidade e trabalho isso se revelar impossível.

Competindo com o avanço da tecnologia, a violência vem ocupando espaços horizontais e verticais dentro da sociedade contaminando-a, assaltando vidas e invertendo valores axiológicos que são inerentes ao próprio homem.

A violência não é um fenômeno contemporâneo, pois desde a criação da humanidade e sua multiplicação, ela é uma constante.

### 3.2 Violência do ponto de vista criminológico

O ser humano possui a violência disposicionalmente em seu âmago, entretanto através dos mecanismos de defesa da personalidade, se esta pessoa for normal, consegue-se controlá-la, mas se possuir algum desvio, os quais apresentaremos a seguir, surgirão os criminosos ou pretensos delinquentes.

Antes de mais nada veremos que o conceito de normalidade é puramente estatístico, não se tratando, pois de um tipo ideal, de nenhum santo, cientista ou renomado líder religioso. É, pois, um padrão fixado segundo a média estatística.

A personalidade normal é aquela que funciona harmoniosamente com a norma ou média do grupo social em que atua. Este critério prático, social, que toma como normal um padrão, apesar de pouco rigor lógico, ainda é preferível ao critério abstrato filosófico de normal ideal, perfeição, pureza.

“Na realidade, é normal aquele que, apesar de não ser perfeito, apesar de seus defeitos menores, ajusta-se satisfatoriamente na sociedade, no lar, no amor e no trabalho”<sup>4</sup>

Desde há muito tempo preocupa-se a humanidade porque o homem rouba, mata e fere, então através da Criminologia que é ciência interdisciplinar, busca-se a causalidade da realização do crime e luta-se contra ele. Quem fundou a criminologia foi o médico psiquiatra e antropólogo italiano **CESARE LOMBROSO**. A criminologia é ciência do ser, estuda e avalia fatos concretos e o que levou o seu autor a praticá-los.

A criminalidade que é fenômeno natural e não sobrenatural, como pensavam os antigos, não desaparece e evolui com o tempo, esta intimamente ligado com o progresso e dinamismo das sociedades, que vivem e constante processo de mutação e desenvolvimento.

Após identificar os normais dos anormais passa a criminologia num análise científica qualificar os comportamentos tidos como anormais.

A personalidade anormal pode-se classificar em:

<sup>4</sup>POSTERLI, Renato. *Psicopatologia aplicada*. Goiânia: Santa Inês, 1979, p. 22.

- Doença mental, que é o mais grave comprometimento da personalidade, também conhecida como psicose, e o seu portador é o psicótico ou doente mental. Dentro da qual podemos subdividir em:

- a) Esquizofrenia, que apresenta sintomas delirantes e alucinatorios;
- b) Distúrbio bipolar de humor, que exhibe um pólo de exaltação dos sentimentos e, posteriormente um pólo de grave depressão com risco de suicídio;
- c) Demência, que apresenta um quadro de grave comprometimento da memória para fatos recentes e falência do juízo crítico.

- Desenvolvimento mental retardado é a mesmo que oligofrenia, um apoucamento da inteligência;

- Perturbação da saúde mental, qual subdivide-se em:

a) Personalidade Neurótica, que resume-se num conflito íntimo constante com mórbida ansiedade, em estado de pânico e que raramente perpetua fato típico em virtude de um superego muito rígido, granítico;

b) Personalidade psicopática, é o psicopata ou sociopata, caracteriza-se por, desde bem cedo na vida, disposicionalmente fazer sofrer aos que lhe cercam, é correto dizer que o **PP NASCE, VIVE E MORRE PP.**

Estes aspectos aliados com outras variáveis que aumentam os efetivos dos presídios e engrossam os gráficos estatísticos da violência.

#### 4. A POLÍCIA MILITAR E A VIOLÊNCIA INFANTIL

A Polícia Militar desde seus primórdios, depara-se com a violência e a tamanha é sua importância que a Polícia Militar tem que lidar com a violência sem ser violenta, seria o mesmo que entrar em um mar de lama e sair limpa.

Seria utopia pensar em uma polícia que utiliza-se apenas a energia necessária e quando cessasse a resistência, a força também cessava, tal fato se equipara com um cortador de gesso, que somente corta a parte resistente e quando atinge a parte revestida de algodão, pára de vibrar para não cortar o membro imobilizado.

Mas não estamos alheios aos excessos, e com nosso trabalho buscamos dosar esta energia, canalizando para outros aspectos de recursos humanos, que trataremos a seguir.

O questionamento, por que a Polícia Militar é violenta? É o que toda sociedade faz, entretanto esquecem-se que a PM é feita por homens que são selecionados do seio da sociedade, e posteriormente são devolvidos a ela, logo conclui-se que a sociedade é violenta e desumana, e produz os seus “filhotes”.

Partindo para a problemática da violência infantil temos que avaliar <sup>le</sup> por dois aspectos, o primeiro é verificar o aspecto do jovem que pratica a ação violenta e o segundo é o jovem que sofre a ação violenta.

Estas conjecturas são válidas, uma vez de uma forma ou de outra as crianças e adolescentes são vítimas em todos os casos, e a separação que buscamos fazer, é puramente de caráter científico para que possamos ter uma análise mais clarificada do assunto.

O infante e o adolescente praticam fatos delituosos por motivos sociais ou por caráter psicológico, o primeiro diz respeito às condições financeiras que assolam o país e pela falência da instituição familiar que deixou de fazer o controle informal da criminalidade, é o que podemos designar como “os puxões de orelha e palmadas no traseiro”. O segundo foi tratado com exaustão anteriormente neste trabalho técnico-científico.

Quando as crianças são os agentes passivos da violência, há toda uma gama de posições a se analisar, entretanto, vamos fazê-la de forma sincopada, observando principalmente o momento em que jovens são aliciados por maiores para que ingressem no mundo do crime, e estes são ao mesmo agentes e pacientes do processo de institucionalização da violência.

## 4.2 Ação do Policial Militar

Como comentamos anteriormente o Policial Militar é selecionado do meio da sociedade, a qual é violenta por essência, e com todos os percalços que a profissão lhe oferece, depara-se ainda este profissional com a sua sofrível remuneração. Todo este universo “desaba sobre sua cabeça”, não que se justifique ações desmedidas por causas institucionais, mas é o tempero para que se aumente o ardor desta situação.

Neste caminho o que temos a vislumbrar, e a situação a que chegamos, a tropa descontrolada e por muitas vezes praticando atos depreciativos para a classe e para a instituição.

Nota-se nitidamente o despreparo do Policial Militar em questões que envolvam crianças ou adolescentes, ou age com violência desmedida, ou toma atitude de indiferença para o caso alegando que contra os jovens infratores nada pode fazer, por serem eles penalmente irresponsáveis e temem se “enrolar” envolvendo-se numa ocorrência desta natureza.

## 4.2 Visão da sociedade

A sociedade civil vem se organizando cada vez mais, vislumbram-se os clubes de serviços, as associações de classes, os sindicatos, as comunidades participativas, as organizações não governamentais (ONG'S) e muitas outras. Estes organismos vêm suprir a ausência do Estado como difusor social, o qual encontra-se ausente de muitos setores, este suprimento social vem corroborar com os anseios do povo, onde os interesses eleitoreiros são sobrepujados pelo bem comum.

É esta sociedade civil organizada, que ganha forças a cada dia, a qual deveremos prestar todas as nossas "contas", sob pena de sermos aliçados do processo social em que nos encontramos.

É conveniente salientar que grupos anárquicos perambulam pelos bastidores do poder e da sociedade para desestruturar a única instituição pública que navega orientada neste mar de incongruências, a Polícia Militar.

E para que estes parasitas não contaminem todo o organismo, a Polícia Militar precisa rever seus conceitos e posicionamentos quanto a prestar satisfações ao público.

A sociedade vê no Policial Militar um homem arrogante, prepotente, mal-educado e violento, investido de uma autoridade revestida e investida pela farda que usa.

Um fato corriqueiro que podemos explicitar é o da ação contra jovens infratores, muitas vezes as vítimas dos infratores depunham contra o Policial Militar, por conta de sua ação exagerada, e este, de herói passava a vilão, tudo por causa de sua ineficácia no trato com a situação.

A sociedade quer, precisa e tem o direito de uma Polícia Militar melhor, tanto no que tange a equipamento como a capacitação de recursos humanos, para que não que caiamos no descredito total, a ponto de a sociedade pedir nossa extinção. O que já vem sendo feito pelos oportunistas através de campanhas contra a instituição Polícia Militar. Porém até o momento não lograram êxito. Então já passa do momento de repensarmos toda a conjuntura que nos cerca, especialmente sobre o que o público deseja de sua Polícia Militar.

## 5. A PM COMO ÓRGÃO PREVENTIVO

A inexistência de uma ciência voltada para a prevenção de delitos certamente impede que profissionais de segurança pública respondam as indagações inerentes às causas ao seu alcance, aos delitos que tenham sido prevenidos na sociedade, à coerência da quantificação e da qualificação dos efetivos da polícia e à própria medição do trabalho preventivo da polícia.

O medo, a violência, o crime, o criminoso e a criminalidade são assuntos do cotidiano nas diversas classes sociais.

Filósofos, religiosos, antropólogos, psicólogos, sociólogos, criminólogos, cientistas de diversos campos do saber humano, parlamentares, executivos, juristas, jornalistas e profissionais de segurança pública têm se aprofundado, nos estudos das origens da violência, dos delitos e do medo.

Entretanto, o público comum não detém os conhecimentos dos profissionais anteriormente elencados, mas é o melhor instrumento de detecção do grau de prevenção da Polícia Militar. Bastando apenas questionar um e outro sobre a frequência da PM em seu bairro ou local de trabalho.

Como desinência constitucional cabe à Polícia Militar a preservação da ordem pública e o policiamento ostensivo fardado. Isto soa um tanto quanto pleonástico, uma vez a preservação e a ostensividade vem impregnadas do princípio da prevenção, que é atuar para que o delito não ocorra.

Isto é tão verdade, que quando solicita-se uma ronda policial em seu bairro, o cidadão tem em mente o desencorajamento de possíveis seres nocivos àquela comunidade. E nós Policiais Militares temos que estar prontos para trabalharmos um dia todo sem nenhuma ocorrência e poucos minutos após se deparar com um assalto a banco, por exemplo, e ter a reação mais dosada possível, no sentido de tomar as decisões corretas para a situação.

No que tange ao trabalho com meninos de rua, o Policial Militar é o primeiro contato com esses pequenos cidadãos, e sob este aspecto trabalharemos o público interno para que ele saiba como atuar quando deparar com a situação aqui comentada, mas não apenas quando o caso couber uma ação policial, mas e outras variações que comentaremos a seguir.

## 5.1 Função social

A Polícia Militar, possui uma das mais importantes funções sociais do nosso contexto, que é a de oferecer policiamentos e operações que geram sensação de segurança à comunidade, mas a que vamos abordar doravante é a instituição policial trabalhando junto a núcleos comunitários.

Esta ação não descaracterizará a sua missão constitucional, muito pelo contrário, o Policial Militar, quando adentrar a uma escola para palestrar com crianças, jovens e adultos; quando participar das tomadas de decisões da comunidade onde vive e onde trabalha; quando for objeto de respaldo moral dos seus comuns, estará muito mais que cumprindo o mister de segurança e proteção, estará participando do processo evolutivo de sua sociedade.

Não buscamos aqui um gerenciamento por parte de líderes comunitários da tropa da Polícia Militar, mas um perfeito “casamento” entre a PM e a comunidade através da ação de seus homens.

A ação social transcende o simples ato de vestir uma farda e fazer um patrulhamento, na atual conjuntura por que passa o Brasil, correr atrás de marginais, já não a missão mais importante da Polícia Militar.

A situação de milhares <sup>de</sup> meninos e meninas de rua está a espera de boa vontade do povo brasileiro, uma vez que o governo, por mais que tente não conseguirá reverter o quadro existente.

O Policial Militar, hoje conhecido como o algoz desta infância atirada a própria sorte, é uma das poucas chances de dar a estes jovens uma vida mais digna.

O processo perpassa pela condição de instituição direcionada para a segurança pública numa abordagem social, buscando a sua vertente de caráter preventivo, como o próprio texto constitucional já a define, para implementar uma ação mais educativa da Polícia Militar.

Não há que se falar em redução da delinqüência juvenil, sem que haja esforço concentrado da sociedade organizada com a Polícia Militar em conjunto com o Ministério Público, neste caso especificamente com a abordagem preventiva que lhe confere o texto constitucional.

## 5.2 Função fiscalizadora

Como o próprio nome, em uma análise etimológica, nos demonstra, a polícia, existe para policiar, fiscalizar, evitar que se burle a norma vigente, ocorrer, deverá atuar para que seja detido e entregue à justiça. Podemos enfatizar em um primeiro momento o caráter preventivo das ações policiais, para posteriormente atuar repressivamente.

Então, verifica-se que a Polícia Militar em sua função fiscalizadora, após o trabalho com a comunidade, terá em cada cidadão um fiscal da lei e da ordem, o que compelirá aqueles que regularmente destoem do comportamento dos demais, realize uma auto fiscalização.

É assim como reflete nos adultos, também o será nas crianças e adolescentes, pois é verdadeiro que os exemplos arrastam, muito mais que ordens dadas.

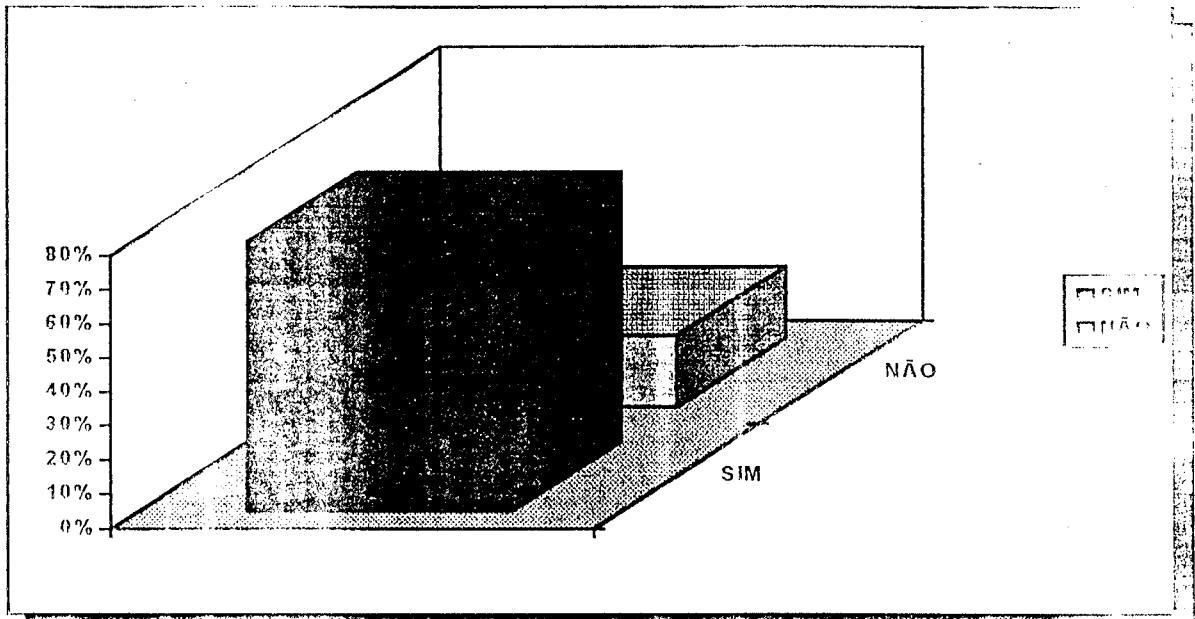
Esta missão da Polícia Militar será imensamente facilitada, se tomadas as providências de caráter educativo e os seus membros se conscientizarem que a instituição existe para servir e proteger o cidadão, que os nossos salários, por parcos que sejam, são pagos pelo contribuinte e a ele que devemos prestar um bom serviço, e dedicar toda a nossa atenção.

## 6. TRABALHANDO O PÚBLICO INTERNO

É de nosso conhecimento que quando busca-se um procedimento que mude a regra de funcionamento de uma determinada instituição ou empresa, esta estará sujeita a resistência natural de seus componentes, isto ocorre devido a grande capacidade de má assimilação do ser humano para novas formas de comportamento, tanto social quanto no que diz respeito ao local de trabalho.

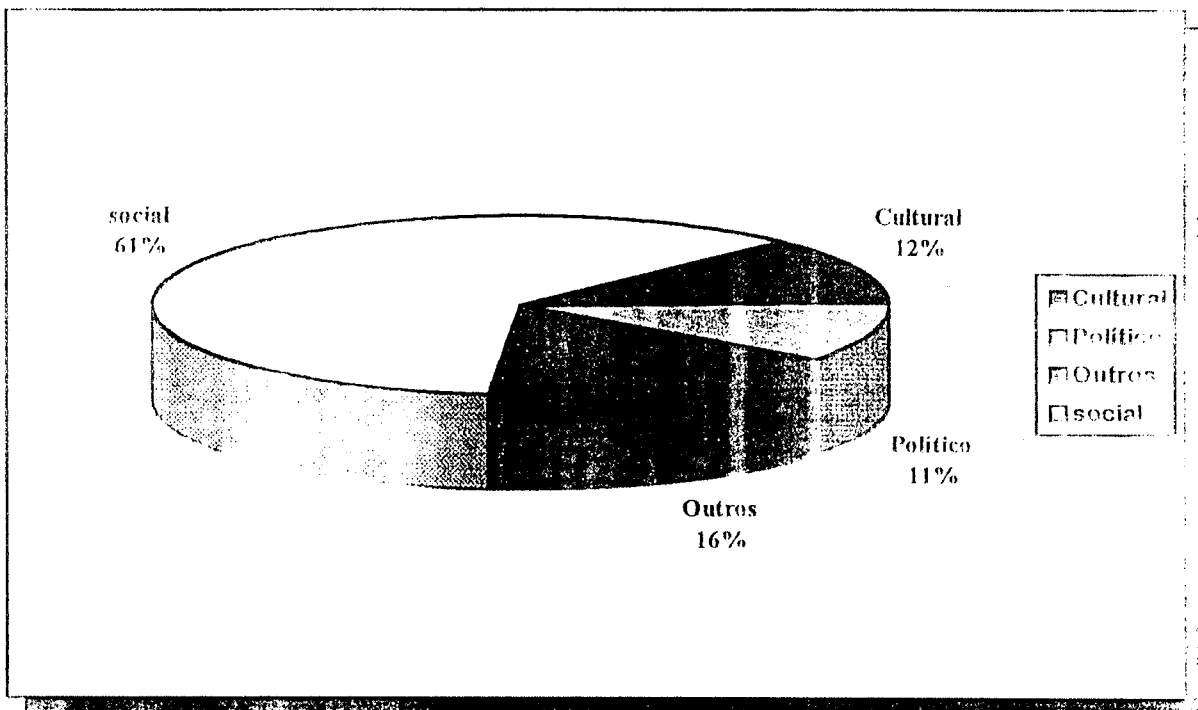
Em face desta problemática buscamos em pesquisa com o público interno da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, sobre qual é o seu pensamento a cerca do assunto estudado.

Foram entrevistados 100 (cem) Oficiais na capital do estado e no interior. Entendemos que deveríamos entrevistar apenas Oficiais para que obtivéssemos melhores respostas e para que atingíssemos o maior percentual de amostragem, uma vez que o número total Oficiais da PMMT, é de aproximadamente 200 (duzentos) homens. As representações gráficas com seus respectivos comentários, seguirão nas próximas páginas deste trabalho.



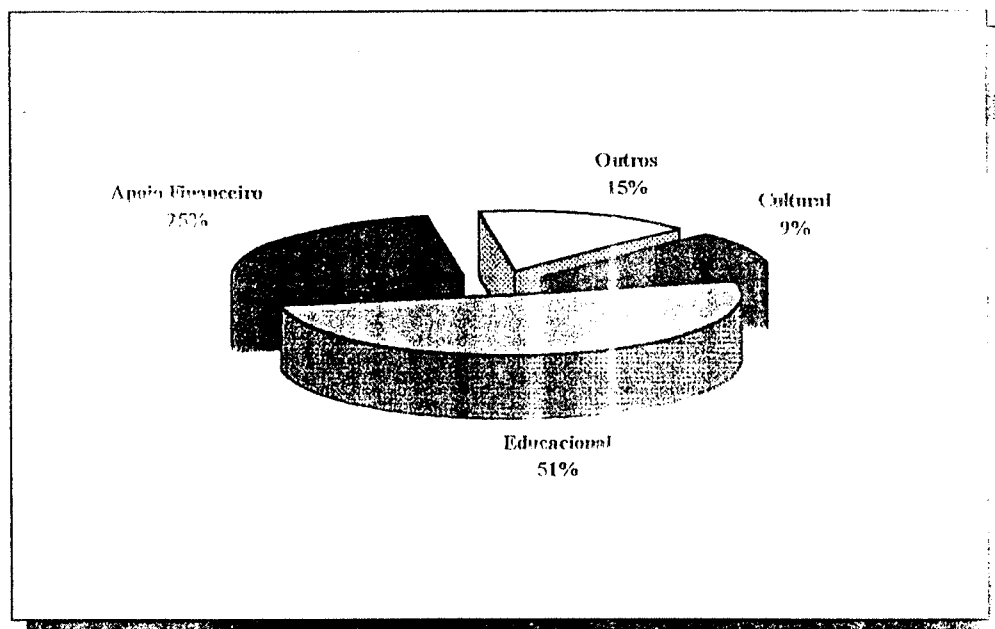
#### COMENTÁRIOS:

Dos entrevistados 79 pessoas entenderam que a Polícia Militar deve auxiliar no processo de recuperação de meninos de rua e 21 pessoas demonstraram negativamente suas manifestações a cerca do assunto.



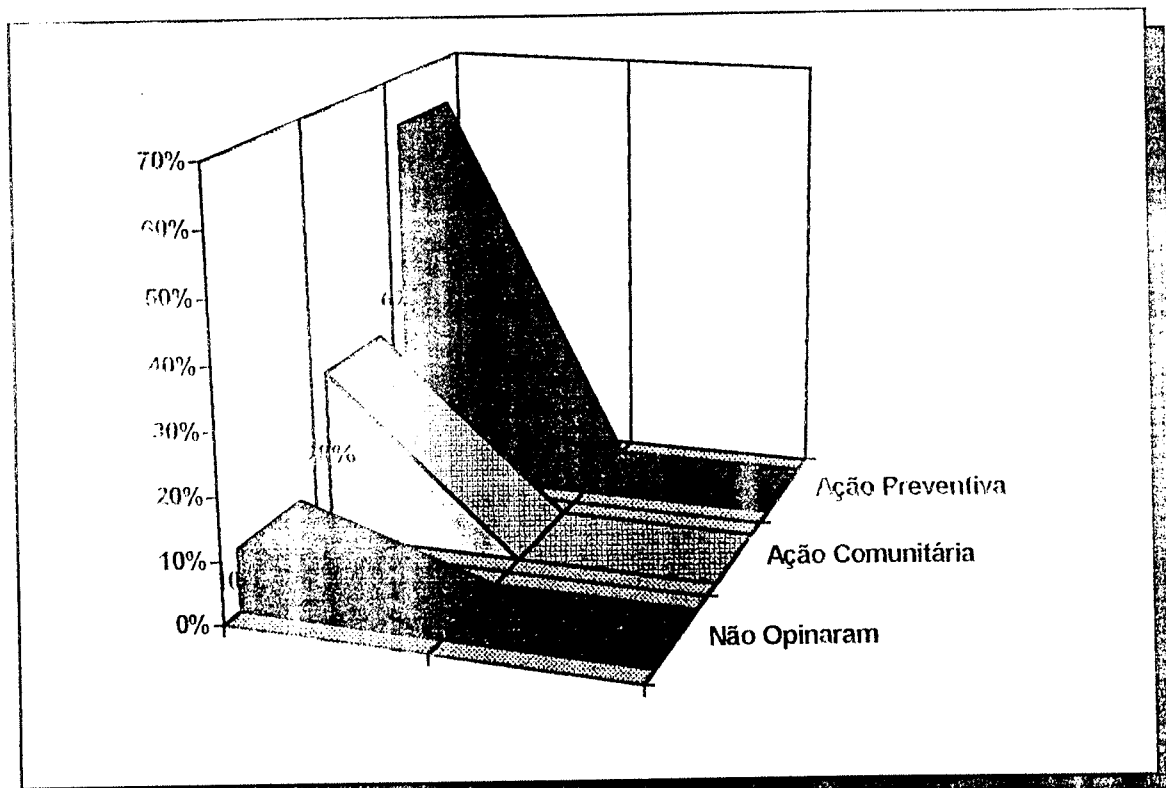
### COMENTÁRIOS:

Indagados sobre qual motivo de existirem tantas crianças nas ruas, 71 pessoas disse que o problema é social, 12 disse ser cultural, 11 entendeu ser político e 16 enumerou outros motivos.



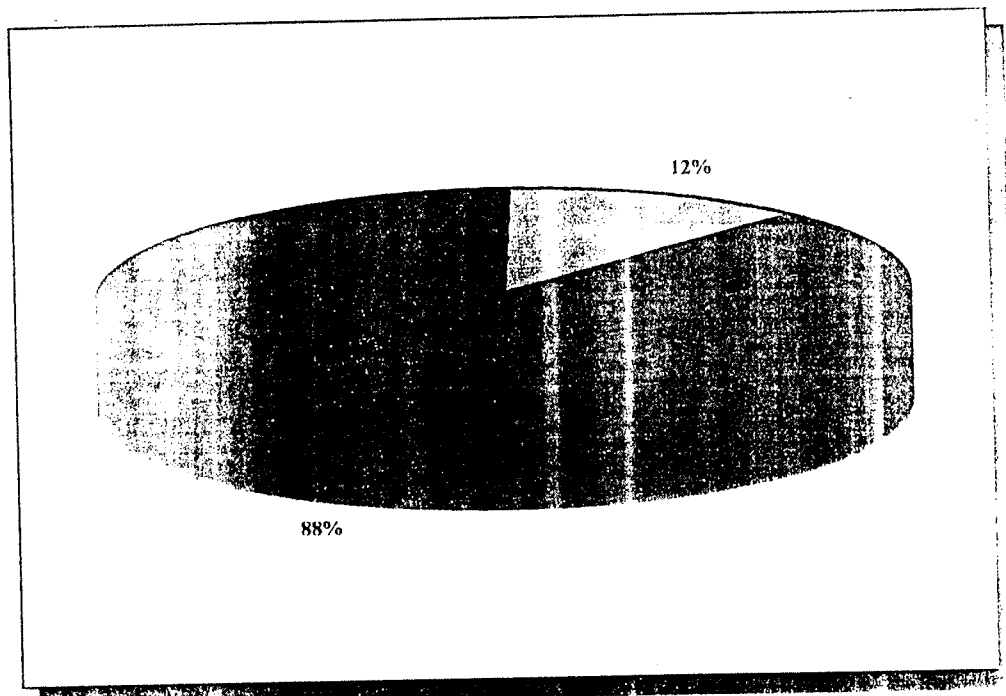
#### COMENTÁRIOS:

Questionados sobre qual ação solucionaria o problema demonstrado no último gráfico, 9 pessoas responderam que através de uma ação cultural, 34 entenderam que é educacional, 11 disseram ser política e 16 elencaram outras ações, não oferecidas como respostas.



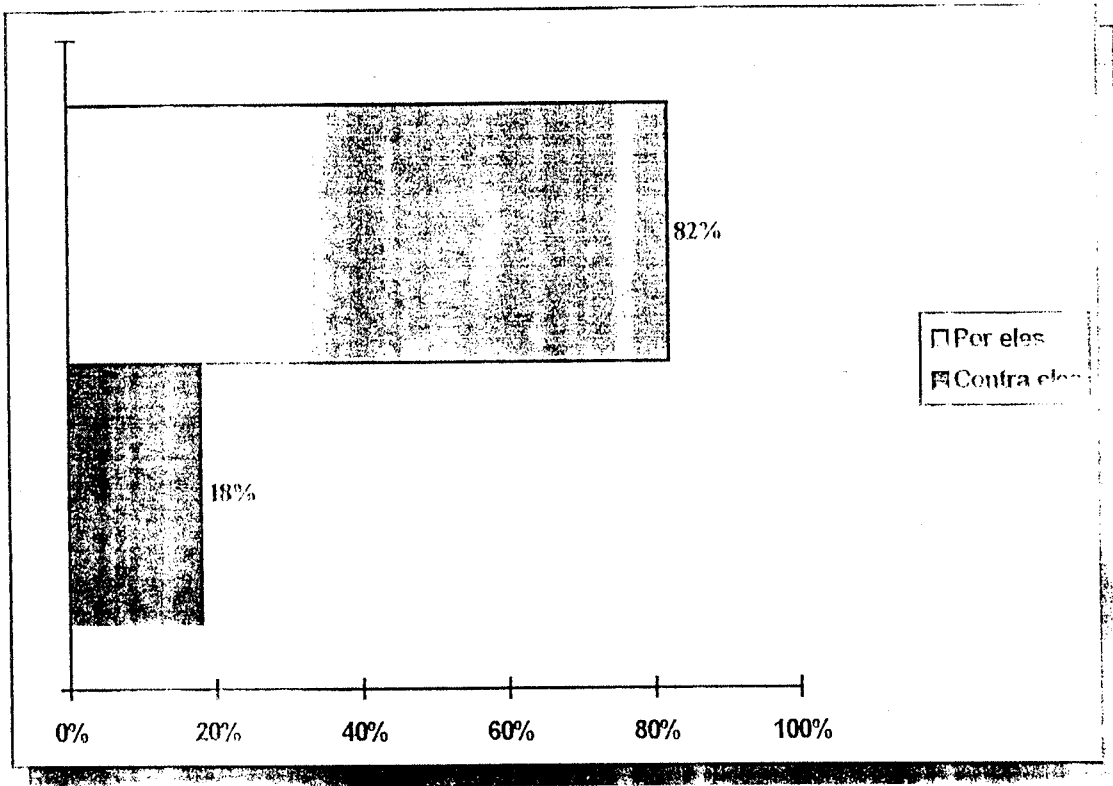
#### COMENTÁRIOS:

62 pessoas responderam que a Polícia Militar deve contribuir nesse processo de forma preventiva, 28 em ação comunitária e 10 não opinaram.



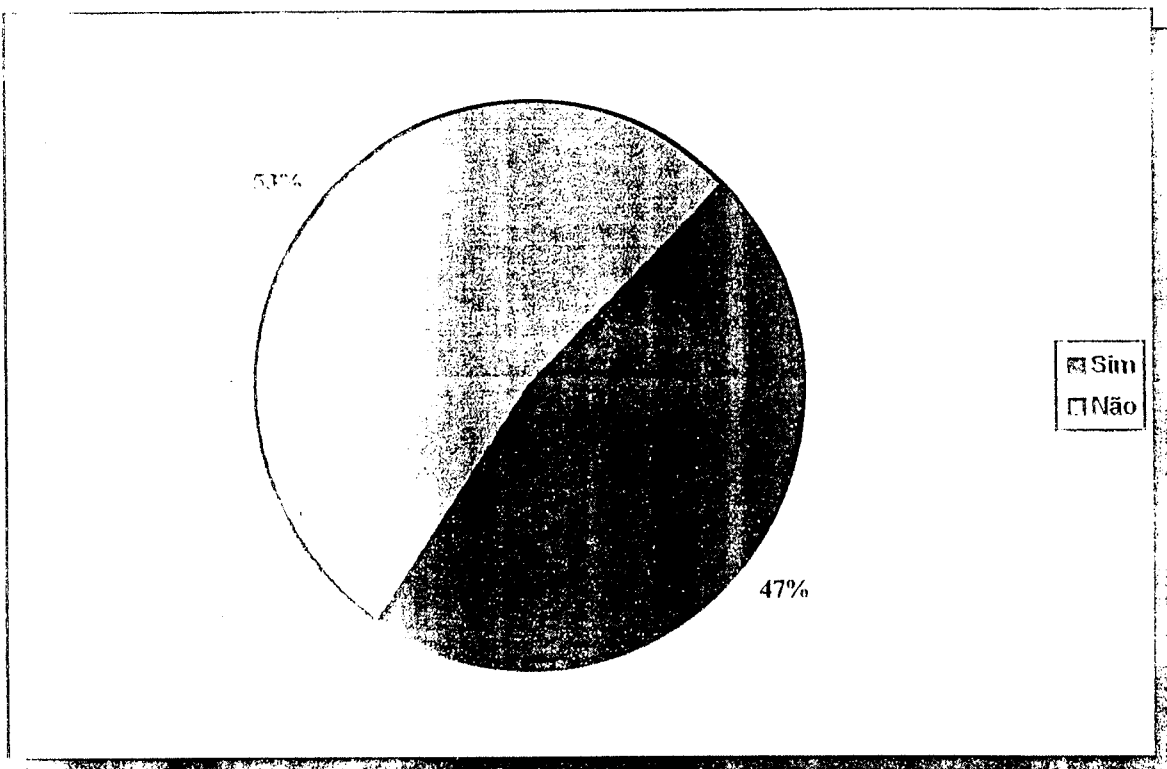
#### COMENTÁRIOS:

Perguntado se a Polícia Militar necessita de um parceiro para assumir essa empreitada, 88 disseram que sim e 12 que não, dos 88 que responderam positivamente 50 indicaram o ministério público e 38 outros órgãos que militam com a infância e adolescência.



COMENTÁRIOS:

82 dos entrevistados entendem que a maior violência é praticada contra os meninos de rua, uma vez que utilizá-los para prática de delitos, mesmo eles sendo o agente, é uma forma de violentá-los, e 18 disseram que eles são os maiores violadores.



#### COMENTÁRIOS:

Indagados se realmente todos os meninos de rua realmente moram na rua, as respostas se dividiram, onde 47 disseram que sim e 53 disseram que não, o que espelha a situação de que muitos meninos ditos de rua moram em casa com seus pais e saem as ruas para ganhar algum dinheiro.

## COMENTÁRIO GERAL:

Após a análise dos gráficos, fica patenteado que os Oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso, já estão atentando para a problemática dos meninos de rua e que a ação preventiva através de um processo educacional é o melhor caminho a ser seguido.

Entretanto, é um trabalho que não se pode fazer sozinho, pois a seguir abordaremos os setores envolvidos no processo, e a instituição que mais se registrou foi o Ministério Público.

Faz sentido uma vez a missão do Ministério Público / dar continuidade ao serviço policial seja Militar ou Civil, e com nosso mister é praticamente o mesmo, nada mais obvio que trabalhar em conjunto.

A este conjunto daremos formas e nomes a seguir neste trabalho, o qual elencará o que é de cada um e o que deve se fazer para atuar em convênio.

Sob aspecto da população dos meninos de rua fica claro que por conta desta resseção que assola o País, muitos meninos vão à rua para completar ou prover o sustento da família.

## 7. SETORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO

Pela importância da problemática da violência que atinge a infância e a adolescência, praticamente todos os seguimentos da sociedade encontram-se envolvidos direta ou indiretamente nesse contexto.

Buscaremos apresentar aqui os de maior envergadura, sob o ponto de vista de sua responsabilidade e desígnios legais, os quais os compelem a atuar de uma forma mais representativa.

O Governo Federal, através de seus órgãos de promoção social, atua muito mais como apoio aos demais órgãos de nível estadual e municipal, como fomentador das ações desencadeadas.

*no âmbito*  
Ao ~~nível~~ estadual podemos citar o Conselho Estadual da Infância e Adolescência, que é um órgão independente. É subordinado ao Executivo Estadual, existe a Fundação de Promoção Social, geralmente presidida pela Primeira Dama do Estado, que administra o SOS CRIANÇA, o qual traz em seus

quadros, pedagogos, psicólogos, médicos, dentistas e outros profissionais para atender as crianças que freqüentam o SOS CRIANÇA.

Em nível de município temos o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual faz a política assistencial ~~a nível dos~~ municipal e o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente se constitui em ~~dos~~ importantes institutos para a política de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes na medida em que é um órgão colegiado, composto por ~~crianças~~ pessoas do povo, escolhidas de conformidade com a lei de cada município.

“É evidente que o estreito relacionamento entre esses órgãos da política de atendimento é imprescindível para a eficácia na solução dos problemas relacionados à infanto-adolescência.”<sup>5</sup>

E com esta visão de estreitamento de relações, reuniremos forças, para atingir o nosso intento, especialmente num inter-relacionamento mais ~~coerente~~ entre Polícia Militar e Ministério Público.

*cópias de péssima qualidade*

<sup>5</sup>FONTES Jr. Felício. *Conselho de direito das crianças e do adolescente*. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 27.

## 7.1 Polícia Militar

Neste contexto caberá além do que lhe determina o texto constitucional, preparar-se para atuar na labuta com a infanto-adolescência, com vistas a reciclar sua tropa, assunto que abordamos ~~que~~<sup>em</sup> capítulos anteriores deste trabalho.

A Instituição Polícia Militar não só deve participar, como é a mais indicada para ser um dos primeiros contatos com situações que requeram habilidades mais apuradas no trato com crianças e adolescentes infratores ou não.

Entretanto, quando as ações atingirem um nível satisfatório, então caminharemos, mais ainda, até atingir um grau em que Policial Militar, possuirá todos os conhecimentos e técnicas para atuar no processo ora idealizado.

Neste momento, estaremos com a semente germinada, bastando ser regada e adubada, e sempre que for necessário, podada uma vez que o tempo se encarrega de deformar tudo que se submete a ele, seja pela idade ou pela evolução do público alvo.

## 7.1 Ministério Público

A participação do Ministério Público é de suma importância, uma vez que por deter a ação penal e possuir poder fiscalizatório, deve estar sempre participando dos processos que envolvam crianças e adolescentes, mesmo em não se tratando de infratores.

É de conhecimento geral que a Promotoria da Infância e Juventude, através de seu titular **Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado**, cuiabano convicto, atua com muito mais ênfase que a lei lhe determina, acerca dos problemas da infanto-adolescência da Capital e de todo Estado.

É inspirado em seu trabalho que buscamos por em consonância, **Polícia Militar e Ministério Público**, e juntando forças para pelo menos fazer a nossa parte, ao invés de crissarmos os braços e ficarmos sentados aguardando a história acontecer <sup>em</sup> ~~me~~ nossa frente.

## 8. FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO

Para que se atinja o objetivo do trabalho proposto, se faz necessária a criação de um grupo visando a especialização do pessoal, bem como a formação de uma unidade de pensamento, uma vez que o público visado possui heterogeneidade.

Este grupo de trabalho, formado basicamente por Promotores de Justiça, Oficiais da Polícia Militar e outros (Secretaria Estadual de Educação, Conselhos e Fundos da Criança e do Adolescente), deverá primar pela cientificidade, avaliando todos os aspectos e num esforço conjunto buscar a melhor forma de por em prática o que ora buscamos desenvolver.

Todavia, para compor este grupo de trabalho deverão ser atendidas algumas exigências e submeter-se a treinamento para que haja uniformidade na ação educadora e recuperadora, quando assim o exigir, da clientela trabalhada.

As crianças de diferentes idades abordam os problemas básicos de aprendizagem de diferentes formas e estratégias. Toda criança nasce com certas estratégias para interagir com o ambiente. O uso que fazem dessas capacidades

parece seguir regras básicas. As estratégias primitivas são baseadas no desenvolvimento do pensamento e se aprimoram em contato com o meio.

Os componentes deste grupo de trabalho, deverão atentar para todos estes aspectos, capacidade que será desenvolvida com o treinamento. Quanto que comentaremos logo em frente .

### 3.1 Pré-requisitos

Para a composição do grupo de trabalho, o qual será formado por membros da Polícia Militar, do Ministério Público, da Secretaria Estadual de Educação e dos Órgãos que militam com a problemática da infanto-adolescência. Far-se-á necessário uma seleção dos indivíduos, onde cada órgão fornecerá seu material humano de acordo com sua especialidade.

No caso da Polícia Militar, buscaremos indivíduos que possuam tendências e aptidão, para lidar com crianças, na maioria dos casos lidar com jovens infratores.

Os pré-requisitos para a composição do quadro de Polícias Militares que atuarão no processo, são os básicos para servir na PMMT, entretanto o candidato deverá ser analisado, de forma específica.

## **8.2 Treinamento**

O treinamento, em princípio, será dado somente para aqueles participantes do processo, posteriormente será adotado como currículo nos cursos de formação da Polícia Militar.

O PM será conscientizado da importância de seu trabalho e que ele não será “babá de meninos”, e sim um instrumento de melhoria social.

Os técnicos da Secretaria de Educação, se encarregarão juntamente com os demais órgãos envolvidos sob a orientação do primeiro, de montarem o currículo para desenvolver o programa de treinamento.

Tudo isso numa abordagem para que os multiplicadores retransmitam o seu conhecimento de forma lúdica e aprazível para que haja a perfeita consecução do processo ensino-aprendizagem.

## **9. PROPOSTA**

Após todas as conjecturas, a melhor forma encontrada por este pesquisador, de operacionalizar este trabalho de base teórica, é formular uma MINUTA de convênio entre a Polícia Militar e o Ministério Público, com a finalidade de preencher uma lacuna que dista de muito tempo, que se segue no presente trabalho técnico-profissional:

### **MINUTA**

#### **TERMO DE CONVÊNIO**

Convênio que entre si estabelecem o Ministério Público, a Polícia Militar e a Secretaria de Educação, para uma ação conjunta no combate à violência praticada contra a infanto-adolescência.

O Ministério Público, representado pelo Procurador Geral de Justiça, a Secretaria de Educação pelo titular da pasta e a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, representada pelo seu Comandante Geral, firmam o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**Cláusula Primeira** - O objetivo do presente convênio é integrar a conjugação de esforços das partes envolvidas para a formação, operacionalização e desenvolvimento do programa de retirada e socialização dos meninos de rua.

**Cláusula Segunda** - Fica criada uma comissão de alto nível, integrada por Promotores Públicos, Policiais Militares, Técnicos e Professores a serem indicados pelas partes signatárias, para montagem e aplicação de um treinamento para capacitação de recursos humanos para viabilizar o programa objeto deste convênio.

**Cláusula Terceira** - As despesas oriundas do presente convênio serão atribuídas ao Governo do Estado de Mato Grosso e a fundos quando a situação for propícia.

**Cláusula Quarta** - O presente convênio entra em vigência na data de sua publicação em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

**Cláusula Quinta** - Todas as divergências na elaboração do convênio, que não puderem ser decididas Pela Comissão de Alto Nível instituída, serão encaminhadas às autoridades dirigentes dos órgãos envolvidos, para soluções definitivas.

É por estarem, assim acordados e integrados intencionalmente assinam o presente, na presença de testemunhas, que também o assinam.

---

PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

---

SECRETÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

---

COMANDANTE GERAL POLÍCIA MILITAR

## CONCLUSÃO

Verificou-se através do presente trabalho técnico-científico, que o problema da violência existente na infanto-adolescência é de caráter sócio-educacional, desprezados os aspectos inatos de cada indivíduo.

A melhor forma de combater esta problemática é através da ação educativa, e o Policial Militar é quem depara com tais situações dioturnamente, portanto será preparado para saná-la <sup>?</sup> se a situação assim o exigir.

Embora a violência seja disposicional no ser humano, como citamos anteriormente, os fatores sociais se encarregam de despertar tais sentimentos <sup>?</sup> do

*ativar  
es  
ntas?*

âmbito da psique humana, conclui-se que, embora seja difícil, buscar-se à dispositivos para "catalisar" as ações violentas praticadas por Polícias Militares, através do processo educativo. <sup>?</sup> *confuso.*

A Polícia Militar, como órgão de preservação da ordem pública, tem o dever de atuar preventivamente, e o primeiro momento será trabalhar o público interno para que este se conscientize de sua importância para a sua sociedade, e neste momento para atuar neste programa.

Foi detectado através de pesquisa, que o público interno da Polícia Militar entende e corrobora com a necessidade de que a Corporação deva engajar nesta árdua luta, juntamente com o Ministério Público que, com certeza, deverá estar ávido pela nossa parceria.

Se for atingido o intento a que se propõe este trabalho, teremos uma Polícia Militar mais humana aos olhos do público e num futuro não muito longínquo, não veremos mais nossas crianças “jogadas” pelas ruas.

Espera-se que o presente trabalho monográfico não permaneça no plano teórico, mas após novas sugestões que hão de surgir, seja aplicado. Não oferecemos uma obra pronta e acabada, mas uma semente para germinar e gerar bons frutos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIGGE, Moris L. *Teorias da aprendizagem para professores*. São Paulo: EPU, 1977. 370 p.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. *Primeira filosofia*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 309 p.
- CÓRIA - SABINI, Maria Aparecida. *Psicologia aplicada à educação*. São Paulo: EPU, 1986. 142 p.
- COSTA, Alcino L. Cortes. *Urbanologia cogente*. Uberlândia: PMMG, 1989. 170 p.
- COSTA, Antonio Carlos da. *Por uma pedagogia da presença*. Brasília: Imprensa Oficial, 1991. 119 p.
- \_\_\_\_\_. *De menor a cidadão*. Brasília: Imprensa Oficial, 1991. 72 p.
- CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e contradição*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1992, 133 p.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 11.ed. São Paulo: Perspectiva, 1977. 142p.

*Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1991.

CONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. *Saiba como dizer não à violência*. Porto Alegre: Palotti, 1995. 74p.

LIBERATI, Wilson Donizete. *Conselhos e fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Malheiros, 1993. 226p.

MARX, Carl. *O capital*. Tradução de Gesner de Wilton Morgado. Rio de Janeiro: Melso, 1991. 203p.

MILHOLLAN, Frank. *Skinner versus Rogers: maneiras contrastantes de encarar a educação*. 3.ed. São Paulo: Sumus, 1978. 193 p.

MIZUKAMI, Maria das G. Nicoletti. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986. 119 p.

PISANI, Elaine Maria. *Psicologia geral*. 9.ed. Porto Alegre: Vozes, 1990. 222 p.

PONTES Jr, Felício. *Conselho de direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Malheiros, 1993. 70p.

POSTERLI, Renato. *Aspectos da psicopatologia forense aplicada*. Goiânia: Santas Inês, 1979. 323p.

RAPPAPORT, Clara Regina. *Psicologia do desenvolvimento*. São Paulo: EPU, 1991. 92 p.

SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, 1970. 142p.

**A N E X O**  
**ESTADO DE GOIÁS**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR**  
**C      A      O**

**QUESTIONÁRIO**

**I. INSTRUÇÕES**

1. O presente questionário tem por objetivo colher dados para o trabalho de pesquisa do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais/96, referente ao tema **Educação, infância e violência: o Papel da Polícia militar de Mato Grosso como instituto preventivo, na capital do Estado.**
2. Leia as perguntas com atenção. A sua resposta é de suma importância.
3. Não é necessária a sua identificação.

**II. QUESTÕES**

1) Você entende que é papel da Polícia Militar auxiliar no processo de recuperação de meninos de rua?

sim       não      por quê \_\_\_\_\_

2) Para você, qual é o motivo de ter tantas crianças na rua?

social       cultural       político       outros \_\_\_\_\_

3) Para solução do problema seria necessário que tipo de ação?

cultural       educacional       apoio financeiro       outros \_\_\_\_\_

4) De que forma a PM pode contribuir neste processo?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5) Você entende que a PM necessita de um parceiro para esta empreitada?

sim       não      Qual (is) seria(m) \_\_\_\_\_

6) Na sua opinião a maior violência é praticada:

contra eles       por eles      Por quê? \_\_\_\_\_

7) Na sua opinião a maioria dos meninos de rua, realmente moram na rua?

sim       não      Por quê? \_\_\_\_\_